



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
São Paulo

**Registro: 2015.0000030025**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0011639-66.2007.8.26.0132, da Comarca de Catanduva, em que são apelantes LAUDELINA DE OLIVEIRA CEREJO (JUSTIÇA GRATUITA) e ADILSON CEREJO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado VIAÇÃO CIDADE DE CATANDUVA LTDA.

**ACORDAM**, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PEREIRA CALÇAS (Presidente) e NETO BARBOSA FERREIRA.

São Paulo, 29 de janeiro de 2015.

**Carlos Henrique Miguel Trevisan**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
São Paulo

**VOTO Nº 8.005**

**APELAÇÃO Nº 0011639-66.2007.8.26.0132**

**COMARCA: CATANDUVA (2ª VARA CÍVEL)**

**APELANTES: LAUDELINA DE OLIVEIRA CEREJO e ADILSON ANTONIO CEREJO**

**APELADA: VIAÇÃO CIDADE DE CATANDUVA LTDA.**

**JUÍZA DE PRIMEIRO GRAU: MARIA CLARA SCHMIDT DE FREITAS**

RESPONSABILIDADE CIVIL - Acidente de trânsito - Empresa de transporte público - Morte de ciclista - Ação de indenização por danos morais e materiais proposta por esposa e por filho da vítima - Sentença de improcedência - Conduta culposa da vítima - Causa excludente da responsabilidade objetiva - Indenizações inexigíveis - Apelo desprovido

A sentença de fls. 282/289 cujo relatório é adotado, complementada pela decisão de fls. 295/296 proferida em sede de embargos de declaração, julgou improcedente a ação, entendendo a magistrada prolatora da decisão que não houve negligência, imprudência ou imperícia por parte do motorista do ônibus da ré.

Apelam os autores (fls. 298/305) afirmando que foi apurado que o motorista causador do acidente agiu com imprudência ao trafegar sem atenção e cuidados indispensáveis. Alegam que a ocorrência de dano moral, na hipótese, não necessita de provas.

O recurso foi regularmente processado e respondido (fls. 308/317).

É o relatório

Consta da inicial, em apertada síntese, que em 8 de janeiro de 2005 o ônibus da empresa ré envolveu-se em acidente com Valentim Cerejo, que conduzia sua bicicleta pela Rua José Paulo da Silva, na cidade de Catanduva-SP.

Em razão dos graves ferimentos, a vítima, acometida de traumatismo crânio encefálico, faleceu em 25 de janeiro de 2005 (certidão de óbito de fl. 29).

A ação foi proposta inicialmente também contra o

condutor do ônibus, posteriormente excluído da lide em razão do pedido de desistência dos autores (fl. 85).

O boletim de ocorrência de fls. 20/23 relata que o condutor do ônibus, José Antônio Batista Neto, *“conduzia o veículo pela Rua José Augusto Ganga no sentido bairro centro e ao atingir o cruzamento com a rua José Paulo da Silva parou para que dois veículos cruzassem a via e ao retomar a marcha atrapalhado pelas folhas e galhos de uma árvore ali presente e a pouca luminosidade da via não viu que o veículo estava atravessando a via. Momento em que escutou 'breca motorista' de um passageiro e ao fazê-lo houve a colisão dos veículos”*.

O mesmo documento contém também declaração da autoridade policial militar no sentido de que *“no local constatamos a veracidade da falta ou melhor da deficiência da iluminação na via bem como os referidos galhos da árvore mencionado pelo condutor”*.

O condutor do ônibus foi denunciado em ação penal (fl. 98), mas não há notícia acerca do desfecho desta.

A testemunha dos autores, Jandira Miguel de Deus (fl. 125), ouvida como informante em razão do acolhimento da contradita, se limitou a afirmar que o falecido era responsável pela manutenção da família.

Marcelo Hajime Ikeda, responsável pela elaboração do laudo no ônibus e do local do acidente (laudo pericial de fls. 39/43) relatou que não examinou a bicicleta e que não sabe se esta foi objeto de perícia posterior (fl. 172).

A testemunha da ré, Emerson Tinti Penna, esclareceu que estava no ônibus e que o acidente ocorreu no período da noite em local com pouca iluminação, destacando ainda que *“o veículo estava parado no ponto, na esquina, que também tem uma valeta, que ele nem acelerou e houve a colisão (...) A bicicleta não tinha farolete. Que a bicicleta vinha na contra mão de direção”* (fl. 212).

Os elementos de convicção de que se dispõe apontam que, muito embora estivesse em via preferencial, foi a vítima quem deu causa ao acidente, já que trafegava pela contramão de direção e acabou colidindo com o ônibus.

A despeito de se entender que é de natureza objetiva a responsabilidade da empresa que recebe delegação para atuar em serviço de transporte público (artigo 37, § 6º, da Constituição Federal), no caso concreto há causa excludente de tal responsabilidade em decorrência da conduta imprudente da vítima.

Cabe destacar que a testemunha da ré, que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
São Paulo

presenciou os fatos e estava no interior do ônibus que colidiu com a bicicleta, narrou que foi obedecida a sinalização de trânsito pelo motorista, que o ônibus estava em baixa velocidade e que o local possuía iluminação precária.

Tais circunstâncias, concatenadas à falta de faroletes da bicicleta e da dificuldade de visualização da via em razão de folhas e galhos de uma árvore (fls. 20/22), levaram à ocorrência do acidente, sem que para ele tenha contribuído o motorista do coletivo.

Não estando, pois, caracterizado o dever de indenizar, conclui-se que a improcedência da ação foi reconhecida de maneira acertada pela MM. Juíza de primeiro grau.

Ante o exposto, o voto é no sentido se negar provimento à apelação.

**CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN**

**Relator**